

NOTAS PARA UMA LEITURA ETNO-HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL DE MANAUS

Teófilo Montenegro¹

RESUMO: A cidade de Manaus configura uma das cidades brasileiras com maior índice de achados de artefatos arqueológicos pré-colombianos. Especialmente os artefatos cerâmicos, das mais diferentes épocas que são classificadas em fases, e que são encontrados nos mais diferentes sítios arqueológicos presentes por toda a cidade, mas especialmente em sua orla fluvial à beira dos rios que banham esta cidade. No presente trabalho serão levantadas muitas questões a partir do estudo destes artefatos como organização social, costumes de sepultamento entre outros das populações que produziram estes materiais. Certamente o estudo da etno-história será o principal caminho para a colaboração do entendimento e identificação de muitos dos diferentes povos que habitaram a região e deixaram seus vestígios em suas manufaturas.

PALAVRAS-CHAVE: Etno-história, Arqueologia amazônica, Manaus, Rio Negro.

NOTES FOR AN ETHNOHISTORICAL READING OF THE PRE-COLONIAL OCCUPATION OF MANAUS

ABSTRACT: The city of Manaus sets up one of the Brazilian cities with the highest rate of pre-Columbian archaeological artifacts found. Especially the ceramic artifacts from different eras that are classified in stages, and which are found in many different archaeological sites present throughout the city, but mainly in its river edge by the rivers that bathe this city. In this work will be raised many questions from the study of these artifacts as a social organization, burial customs and other populations that produced these materials. Certainly, the study of ethno-history will be the main way to collaborate with the understanding and attempting to identify many of the different peoples who inhabited the region and left their traces in their manufacturing.

KEY-WORDS: Ethno-history, archeology Amazon, Manaus, Rio Negro.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI a região amazônica permanece, em muitos aspectos, um lugar ainda pouco estudado e, em razão disto, pouco conhecido. Este desconhecimento não se dá apenas no que diz respeito à sua imensa riqueza da biodiversidade que há muito encanta e desafia o mundo, mas também o seu passado permanece ainda pouco conhecido, visto que, tal qual sua biodiversidade, o conhecimento dos habitantes do passado da região amazônica permanece ainda desconhecido. Quem foram? Como viviam e se organizavam? Como se entendiam e se relacionavam enquanto membros de uma sociedade humana?

O escritor amazonense Márcio Souza, no início de sua clássica obra *A Expressão Amazonense*, demonstra sua indignação sobre o fato de o conhecimento do passado do que hoje compreende o estado do Amazonas ser negligenciado por muitos; ele afirma: E, por

¹ Especialista em Antropologia Intercultural. E-mail: tgmontenegro@gmail.com



falar em farinha, precisa-se lembrar daquela que Cascudo (2011) atribui o epíteto de “a rainha do Brasil”, a saber, a majestosa mandioca, também reconhecida como o pão da terra, trigo do Novo Mundo, apontada como responsável pelo protótipo que forjou a cozinha brasileira, marcando e conformando aquilo que hoje chamamos de brasilidade.

Pensar criticamente o Amazonas, o processo político e cultural desta terra que padece de uma completa ausência de investigação científica e está assolada pelo recenseamento ou pelo beletismo (sic.). A história do Amazonas é a mais oficial, a mais deformada, encravada na mais retrógrada e superficial tradição oficializante da historiografia brasileira. Pouco estudada, verdadeiramente abandonada, com uma bibliografia parca e documentação rara e saqueada por inescrupulosos que se julgam proprietários do passado. Uma história escrita com a letra minúscula do preconceito e da distorção mentirosa. Daí o amazonense não receber o mínimo necessário para se situar no tempo, nem procurar compreender as contradições do presente. Olhar para esta realidade é sentir-se um abandonado no interior de uma tradição formal e irritantemente oficial, onde o povo não aparece e os heróis são vermes dourados (SOUZA, 1977, p.17)

Deste modo, os habitantes do passado desta imensa região permanecem, de muitas maneiras, desconhecidos no presente. Muito mais, em se tratando desta grande região, dos povos que habitavam o vale do Rio Negro na Amazônia central, especificamente no perímetro que hoje compreende a capital do Estado do Amazonas, Manaus. Conhecer os povos que habitaram esta região peculiar e específica da grande região amazônica constitui-se um grande desafio para qualquer estudioso.

Com este artigo, pretendo identificar por meio de algumas pesquisas etno-históricas, indícios que nos remetam a um entendimento antropológico destes povos do passado, conhecer sobre estas grandes populações do passado que habitaram a região de Manaus, bem como de boa parte dos povos que habitavam o vale do Rio Negro.

Para isto, este estudo fundamenta-se tanto com base nos primeiros relatos dos colonizadores que entraram em contato com estas populações, como também através de uma grande variedade de materiais, isto é, artefatos arqueológicos que foram e são encontrados nos arredores de Manaus. Tais materiais são de diferentes tipos e épocas, e caracterizam uma ampla herança cultural material deixada por muitos destes que habitaram esta região. Certamente, estes materiais encontrados em Manaus têm muito a dizer sobre os costumes e os modos de vida destas populações. Eles são como vozes ou como letras escritas por populações ágrafas que nos revelam muito de seus costumes.

Ao se estudar esta imensa riqueza cultural material deixada por estas populações que ocuparam a região de Manaus, bem como todo o vale do Rio Negro, destaca-se a grande quantidade de materiais cerâmicos. Estes são de diferentes tipos, como materiais líticos e arte



rupestre encontrados em Manaus, especialmente nas margens do Rio Negro. Tais vestígios são evidências de que esta região específica da Amazônia foi historicamente habitada por diferentes, como se comprova, especialmente nos dois principais tipos cerâmicos encontrados em Manaus.

Deste modo, é possível de se traçar, ainda que de forma embrionária, como viviam estas populações, como se organizavam em sociedade e como se entendiam em suas mútuas relações. Para se exemplificar um pouco de tudo que se propõe a estudar neste trabalho, fez-se necessário, como é típico da etno-história, apresentar ainda que de forma generalizada, alguns dos costumes de algumas das principais antigas etnias que habitaram a região onde hoje localiza-se a cidade de Manaus, bem como de outras que dominaram boa parte do vale do Rio Negro, como é o caso da etnia dos Manao e dos Tarumã.

ENCONTROS E MOBILIDADE HISTÓRICA

Existem muitas evidências que indicam uma grande atividade da presença humana em tempos pretéritos na região que hoje compreende a região amazônica, e mais especialmente onde hoje se encontra a capital do estado do Amazonas, a cidade de Manaus (MACHADO, 2006). Tais vestígios representam toda uma herança material encontrada em diferentes pontos desta cidade, o que torna quase que inevitável serem feitas algumas perguntas diante de tais materiais. Quem foram estes povos que deixaram tais vestígios de sua presença? Como viviam? Como se organizavam? Estas são perguntas que naturalmente surgem e que serão abordadas no decorrer deste trabalho.

Certamente, o mais próximo que se pode chegar nesta tentativa de identificá-los, para assim tentar entender a forma como viviam estas populações, está no estudo da etno-história. Para Porro (1995), é uma ciência relativamente nova no campo da Antropologia, e propõe-se a reconstruir a história de etnias ou grupos humanos, especialmente indígenas, a partir dos relatos dos antigos cronistas, especificamente dos primeiros colonizadores que penetraram esta região da Amazônia. É um olhar histórico-antropológico, que tenta reconstruir o mundo indígena do passado, fazendo uso também da arqueologia por meio das descobertas dos vestígios encontrados. Sobre esta forma de estudo, Porro (1995, p.17) ainda afirma que:

As informações sobre as populações indígenas do Brasil no período pré-colonial são de natureza exclusivamente arqueológica: são restos do equipamento material e vestígios da adaptação ao meio ambiente que nada dizem sobre a língua falada por essas populações. [...] A comparação daqueles restos materiais (cerâmica,



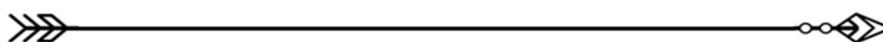
enterros, armas e utensílios, traços de habitações) com padrões culturais de tribos atuais ou historicamente conhecidas permite esboçar, ainda que precariamente, um pouco da história dos grupos indígenas da Amazônia.

Como se sabe, o processo de colonização europeia nas Américas teve início no começo do século de XVI, que ficou conhecido como o período das grandes navegações. Os europeus que por aqui aportaram neste período causaram um profundo impacto nas populações que habitavam em praticamente todo o Brasil. Reis (1966, p.7) destaca como estes colonizadores encontraram estas populações:

Nos trópicos encontraram os europeus não apenas espaços físicos possuídos primeiramente por sociedades que não se distinguiam apenas pela manifestação de culturas materiais e espirituais. Encontraram também, povos que se realizavam com a maior grandeza, seja no social, seja no econômico, seja no espiritual.

No litoral brasileiro, diversos grupos indígenas foram encontrados pelos colonizadores e, posteriormente, dizimados. Além das doenças trazidas pelos europeus, que fizeram desaparecer completamente muitos grupos indígenas, ainda havia a forma com que estes olhavam para os nativos. Os indígenas eram vistos pelos europeus, no início da colonização do Brasil, o indígena era visto como gente bestial, de costumes animalescos, gente decaída, de natureza demoníaca e incapaz de compreender a fé cristã (OLIVEIRA; FREIRE, 2006; RAMINELLI, 1996). Segundo Pero de Magalhães Gândavo, em sua obra “Tratado da terra do Brasil”, por não terem as letras “l”, “f” e “r” em seu vocabulário, era natural que os ameríndios fossem entendidos sem lei, fé e rei (GÂNDAVO, 2008).

Porém, certamente o que mais causou espanto aos primeiros colonizadores europeus foi o costume da prática da antropofagia, muito praticada por indígenas de grupos tupinambás, tupiniquins, carijós, entre outros do litoral. Este ritual consistia no comer da carne de seus inimigos que eram ritualmente mortos (CUNHA, 2015). Basicamente, os prisioneiros eram colocados no centro da praça da tribo, amarrado a uma corda pela cintura chamada de muçurana e, após uma seção de acusações mútuas e promessas de vingança por parte daquele que seria morto, que era parte componente do ritual, este era executado com uma batida na cabeça com uma espécie de tacape ou borduna, que os tupinambás chamavam de *ibira-pema* (BUENO, 2003). A seguir, o corpo do inimigo morto era devidamente despedaçado e seus pedaços eram assados, suas vísceras cozidas e assim todos da tribo participavam deste banquete ritualístico, exceto o executor que, com seu ato, ganhava mais prestígio na tribo, adquiria um novo nome e assim podia ter quantas mulheres quisesse numa demonstração de poder (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).



Viveiros de Castro (2002) explica o que este sentimento e comportamento significavam aos tupinambás: a “guerra mortal aos inimigos e hospitalidade entusiástica aos europeus, vingança canibal e voracidade ideológica exprimiam a mesma propensão e o mesmo desejo: absorver o outro e, neste processo, alterar-se”. Assim, o indígena passou a ser visto pelo europeu como um canibal, especialmente comedor de homem branco (RAMINELLI, 1996, pp.60-66). Isto certamente contribuiu, entre outros fatores, para a visão que o europeu obteve acerca dos nativos brasileiros, assim explica Souza (1977, p.54,55,57):

[...] instala-se a incapacidade de reconhecer o índio em sua alteridade. Nega-se ao índio, para sempre, o direito de ser índio. Ele vai pagar, o selvagem, um alto preço pela participação na Comunhão dos Santos. E com o sequestro da alteridade do índio, estará sequestrada também a Amazônia. Os conquistadores trabalhavam com paixão, e a prática de escravização deste homem que pactuava com o diabo era uma prática justa. Eram selvagens nus e com poucos merecimentos, o outro, o reverso da humanidade, aqueles que estavam no limbo da luz divina.

Esta foi a mesma forma de entendimento que tiveram os primeiros colonizadores europeus que adentraram a Amazônia. Para estes, os grupos indígenas que habitavam a região amazônica eram também vistos como seres quase que irracionais e bestiais. Na região que hoje compreende a cidade de Manaus, conforme os primeiros registros dos expedicionários, os primeiros colonizadores adentram no dia três de junho de 1542 (MONTEIRO, 1994). Era um dia de sábado, conforme registra o cronista da expedição que estava sob o comando de Francisco Orellana, frei Gaspar de Carvajal, quando a expedição observou a entrada de um rio de águas escuras a quem logo batizaram com o nome de Rio Negro; os indígenas que habitavam esta região o chamavam por outros nomes (PERET, 1985; MONTEIRO, 1994) como Quiari ou Iquiari, Ipixuna, Uruna e Curiguacuru, sempre em alusão às suas águas escuras.

Com a presença do europeu na região de Manaus no início da colonização, muitos foram os impactos sentidos pelas sociedades que habitavam a mesma. Isto vai desde os conflitos armados pelo domínio da terra, repressão de suas culturas e costumes, como seus idiomas e religião, até a total aniquilação destes povos.

Para o índio, os resultados desse choque foram sumamente graves: houve mudança dos métodos de trabalho e dos hábitos alimentares; a imposição de novas crenças, embora o absurdo de pretender que o primitivo pulasse, de um salto, do politeísmo ao monoteísmo; o propósito de subordiná-lo, pela escravidão declarada ou disfarçada aos conquistadores, além de modificações profundas na estrutura familiar.



Trouxe também, uma língua estruturada e que se difundiu pela colônia portuguesa da América, contribuindo, decisivamente, para a unidade do País, que, desde o princípio, começou a se formar, e que, substituiu, na Amazônia, paulatinamente, os mil e um dialetos monossilábicos usados pelos índios. No período colonial, esses dialetos ficaram reduzidos ao *tupi moderno*, *nbeengatu* ou *língua geral*, que chegou a ser falado predominantemente no vale, até meados do século XVIII, quando os missionários foram obrigados a ensinar o português (BATISTA, 2007, p.55).

Isto se mostra, por exemplo, no trato para com duas das principais etnias que habitavam a região que hoje compreende a cidade de Manaus: os indígenas pertencentes às etnias Tarumã e Manao.² Estas duas etnias foram certamente as mais impactadas com a presença do europeu na região de Manaus.

Segundo Farage (1991) os Manao, que habitavam o médio Rio Negro em suas duas margens, até à foz do Rio Branco (SIMÕES, 1974), foram combatidos e completamente eliminados pelos portugueses no início do século XVIII sob a acusação de manterem relações comerciais com os holandeses. Foram ainda acusados de fornecer mão de obra escrava indígena para os holandeses da Guiana, e deste modo foram considerados como traidores. Mais de 2.800 indígenas foram mortos, outros tantos desta etnia foram vendidos como escravos, e ainda outros foram descidos para as missões religiosas presentes no Rio Negro. Eles eram os que impediam as invasões portuguesas na região do Rio Negro até a foz do Rio Branco. O episódio mais conhecido acerca desta grande etnia diz respeito ao líder Manao conhecido pelo nome de Ajuricaba, que foi aprisionado pelos portugueses em 1717 (BATISTA, 2007) e que se lançou, amarrado, às águas escuras do Rio Negro por não aceitar tornar-se escravo do colonizador europeu (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Já os Tarumã, que habitavam na região de Manaus onde hoje localizam-se os rios Tarumã Açu e Tarumã Mirim, bem como as imediações da praia da Ponta Negra, o que faz deste um grupo étnico menor que os Manao (FREIRE, 1993/1994), foram escravizados, descidos para missões religiosas e tiveram sua cultura obrigatoriamente modificada pelo europeu. Segundo Freire (1993/1994), até meados de 1837, esta etnia era considerada como extinta, porém descobriu-se que muitos destes, fugindo da dominação europeia, instalaram-se na região da Guiana Inglesa (SIMÕES, 1974).

Quando do início da colonização do local designado pelo nome de Barra do Rio Negro, que mais tarde se tornaria a cidade de Manaus, há registros da presença das etnias Manao, Baré, Passé, Merequenhas, Aroaquis, Juri, Mundurucu, Tarumã, Caburiquena,

² As nomenclaturas Manao, Manaós ou Manaus, é apenas uma questão interpretativa de fonema, sendo encontrada destas diferentes formas, umas pelas outras, nas mais diferentes obras literárias.



Caraiari, Baniba e Mura. Estes povos foram fundamentais na composição básica da formação da população da Manaus colonial (MONTEIRO, 2001a; REIS, 1934).

Porém, muitos dos povos e etnias existentes no Amazonas ao período de seu descobrimento e colonização foram completamente dizimados, como é o caso dos Manao. O que se pode conhecer destas estão nos registros dos primeiros expedicionários na região e através dos relatos de membros de sociedades religiosas que registraram acerca dos costumes e estilo de vida das etnias existentes (PORRO, 1992, p.195).

VESTÍGIOS E SUPOSIÇÕES SOCIOCULTURAIS

Como já se afirmou neste trabalho, a etno-história, que tem por objetivo remontar as antigas sociedades indígenas a partir dos registros dos primeiros viajantes que adentraram a Amazônia (PORRO, 1995, p.17), juntamente com o auxílio da arqueologia, que procura localizar, datar e catalogar os inúmeros materiais, de diferentes tipos e períodos, e que caracterizam toda uma herança cultural material, são de fundamental importância para se compreender como viviam estas antigas populações.

Estas também são as fontes e os meios para uma busca de compreensão acerca de quem eram e como viviam alguns dos principais grupos indígenas que habitavam o vale do Rio Negro, especialmente da região que hoje compreende a cidade de Manaus e suas proximidades no período pré-colonial. Porém, a dificuldade para esta tarefa consiste no fato de que não há muitos relatos detalhados sobre estas populações que habitavam a região de Manaus (FREIRE, 1993/1994, p.165). Quando a primeira expedição europeia adentrou o vale do Rio Negro em 1542, o cronista da mesma, frei Gaspar de Carvajal, fez apenas observações generalizadas sobre as populações que habitavam o vale, não denominando, por exemplo, as etnias que ocupavam a localidade (MONTEIRO, 1977, p.116). Apesar desta dificuldade, os poucos registros deixados por Carvajal e até, depois deste, por outros cronistas posteriores, somados aos inúmeros vestígios arqueológicos encontrados em Manaus e suas imediações, são suficientes para uma mínima compreensão da complexidade cultural destes habitantes primevos da região de Manaus.

Costumou-se pensar que no passado a região amazônica sempre fora um lugar com pouca presença humana. Algumas teorias chegavam a afirmar que, na verdade, tratava-se de apenas poucas populações ou pequenos grupos, que viviam de maneira desorganizada e que cultivavam um forte grau de parentesco (FAUSTO, 2010), fazendo, desta forma, que os



relatos dos primeiros cronistas fossem fantasiosos, visto que eles afirmavam a presença de grandes populações habitando nas margens dos rios amazônicos (PORRO, 1992). Foi este também o caso dos relatos que envolvem a região de Manaus. Os primeiros cronistas registraram que havia grandes grupos indígenas habitando as duas margens do Rio Negro nesta região. Segundo estes, eram grupos indígenas constituídos por seis até dez mil indivíduos (LOUREIRO, 2001; PERET, 1985) que faziam desta região na Amazônia central sua moradia (MACHADO, 2006).

Quanto aos dialetos falados por estas populações, pode-se afirmar que, na região amazônica de um modo geral, as famílias de grupos linguísticos são basicamente três: Aruak, Tupi e Karib, sendo a família linguística Aruak a mais antiga (PORRO, 1995). Na região que compreende a barra do Rio Negro que é a localização de Manaus, os grupos que habitavam esta região eram povos da família linguística Aruak (SIMÕES, 1974), como era o caso dos Manao. Na extensão do vale do Rio Negro, ainda outros povos faziam uso da mesma família linguística, como os Baré e os Baniwa, o que comprova que em praticamente toda a região do Rio Negro até à foz do Rio Branco (PORRO, 1995; OLIVEIRA; FREIRE, 2006), a língua predominante era da família Aruak, sendo poucos ou pequenos os grupos que faziam uso das demais famílias linguísticas nesta região.

Estes grupos, como afirmado anteriormente, organizavam-se em grandes populações que se estendiam por todo o vale do Rio Negro. As duas das principais etnias que habitavam a região que hoje compreende a cidade Manaus, como é o caso dos Manao e dos Tarumã eram os que, majoritariamente, ocupavam esta região. Os Manao ocupavam desde o médio Rio Negro até à foz do Rio Branco. Já os Tarumã ocupavam o baixo Rio Negro estendendo-se até o Rio Urubu (PORRO, 1992; REIS, 1991). Porro (1992) afirma ainda que próximo à confluência dos rios Negro e Solimões, também nas proximidades de Manaus, habitavam outros pequenos grupos conhecidos como é o caso dos Caripuna, os Zurina e os Carabuyana, sendo estes grupos menores que os Manao e os Tarumã.

Evidências históricas, advindas dos relatos dos primeiros colonizadores, e principalmente arqueológicas que comprovam tais relatos, demonstram que os povos que habitavam a região de Manaus moravam em malocas cobertas de palha e de troncos grossos, com uma única abertura que servia de entrada e saída (PORRO, 1995; FREIRE, 1993/1994). Neves (2015) afirma que a disposição das malocas eram circulares ou semicirculares e possuíam uma praça ao centro. Estes grupos se alimentavam da caça, da pesca, de frutos silvestres e cultivavam a mandioca e o milho, que os próprios colonizadores fizeram uso dos



mesmos para suprirem suas expedições (LOUREIRO, 2001; PORRO, 1992; BATISTA, 2007).

Quanto à organização social destes grupos do baixo Rio Negro, especificamente da região de Manaus, estes eram organizados em grandes tribos das quais algumas eram como que subordinadas a outras. Este tipo de organização social, fundamental na compreensão destas populações pré-colombianas na Amazônia (MACHADO, 2006) é denominado de *cacicado* (OLIVEIRA; FREIRE, 2006), e consiste no fato de que um líder específico é quem comanda um grupo determinado de outras tribos ou que as tem sob seu domínio. Segundo Machado, “[...] essa forma de organização estava pautada na institucionalização de uma hierarquia em nível regional a partir de um centro de poder” (MACHADO, 2006). Na região de Manaus, na localidade conhecida como Açutuba (FAUSTO, 2010; PORRO, 1992), havia um destes líderes que era conhecido pelos europeus como *o rei do Rio Negro*, e ao que tudo indica seu nome era Tabapari (PORRO, 1995; FREIRE, 1993/1994).

Este domínio, exercido por líderes indígenas como Tabapari, também se mostrava através de guerras interétnicas. Segundo Fausto (2010) há registros de que as populações que habitavam o Rio Negro possuíam muitos escravos, resultantes destas guerras intertribais, onde estes indivíduos conquistados, ou eram incorporados na família da tribo ou eram ritualmente executados, ou ainda, no período inicial da colonização, eram negociados com os primeiros colonizadores europeus.

Outro fenômeno muito comum que ocorria entre as mais diversas etnias eram as trocas comerciais (LIMA, *et al.* 2007; MONTEIRO, 1977). Eram muitos os grupos indígenas de todo o vale do Rio Negro que comercializavam os mais diferentes produtos entre si (PORRO, 1995). Era o caso, por exemplo, dos Manao que comercializavam com outras pequenas etnias, como os Aisuari, conhecidos também como Curuzirari ou Carapuna. Os Manao comercializavam com estas e outras etnias produtos como metais, como pequenas placas ou lâminas de ouro, produtos alimentícios, cestarias, redes feitas de miriti e os mais diversos utensílios (PORRO, 1992; FREIRE, 1993/1994). Já os Tarumã, eram conhecidos pela comercialização de seus raladores de mandioca. Fica claro que esta comercialização se dava através de trocas de produtos.

Esta, certamente, é uma das razões de se encontrar em toda a extensão do vale do Rio Negro, materiais muito semelhantes, como tipos específicos de cerâmicas, nas mais diferentes localidades. Esta comercialização intertribal, que foi muito intensa entre os antigos habitantes do vale, faz com que nos dias de hoje se encontre um mesmo tipo de material em



locais que antes habitavam diferentes etnias, de forma que, torna-se quase que impossível de se identificar um utensílio específico, como um tipo cerâmico, a uma determinada etnia (NEVES, 2015).

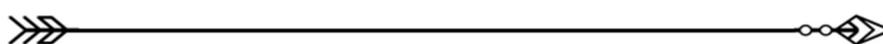
Os Manao, certamente a maior e mais expressiva etnia que habitava o vale do Rio Negro até a foz do Rio Branco, eram conhecidos por sua voracidade aguerrida. Era um povo indômito e que impediam a entrada dos colonizadores portugueses no vale do Rio Negro. Eram conhecidos por serem inimigos dos Baré e sua religião consistia, basicamente, na crença em duas divindades principais, conhecidos como Mauari e Sarauá (REIS, 1931, p.77,78). Porém, vale salientar que, a respeito dos elementos religiosos gerais destes povos, boa parte destes ainda tinham por manifestação religiosa, rituais de culto provavelmente ligados a divindades solares (PORRO, 1995; MONTEIRO, 1977).

Os Tarumã, que habitaram a região da foz do rio Tarumã Mirim, nas imediações das praias da Ponta Negra e Praia da Lua, era uma etnia de menor expressão numérica (FREIRE, 1993/1994) que os Manao. Ficaram conhecidos por sua confecção e comercialização de raladores de mandioca, mas principalmente por ter sido a primeira etnia com quem os primeiros colonizadores europeus mantiveram contato (LOUREIRO, 2001). Foi nesta região que se implantou a primeira manifestação colonizadora europeia na região de Manaus (PERET, 1985), quando os europeus ficaram naquela região uma cruz, símbolo cristão, que ficou conhecida como “a cruz do tarumã”, local onde também ocorreu a primeira missa na região do Rio Negro.

Estas populações e muito antes destas, outras em diferentes épocas pretéritas, dos mais diferentes séculos, deixaram diversos vestígios de sua presença na região de Manaus. São manifestações de culturas materiais, com traços artísticos, que demonstram o domínio das mesmas sobre o ambiente e indicam a presença de grandes grupos humanos.

EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

Durante muito tempo, especialmente em meados do século XX, acreditava-se que a Amazônia havia sido uma região pouco habitada. A ideia de uma região *virgem*, isto é, com pouca ou até mesmo nenhuma presença de atividade humana, era o que até então se imaginava acerca desta densa região cercada de florestas, muitos rios, lagos e de clima úmido. Prous (2006) resume bem ao afirmar:



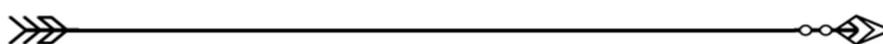
Durante boa parte da segunda metade do século XX, supunha-se que o ambiente amazônico não sustentaria grupos humanos numerosos o bastante para desenvolver sociedades “complexas” hierarquizadas, nem facilitaria a sobrevivência de caçadores-coletores. Nesse caso, os relatos dos cronistas que desceram o rio Amazonas nos séculos XVI e XVII e que descrevem populações numerosas seriam totalmente fantasiosos.

Porém, através de estudos científicos realizados em toda a região amazônica, o que se tem descoberto, especialmente através de muitos vestígios materiais encontrados com o auxílio da arqueologia (NEVES, 2015; LIMA *et al.* 2011), é a constatação inequívoca de que a Amazônia foi densamente habitada, ou seja, houve ampla atividade humana na mesma (MACHADO, 2006), e esta presença humana é mais antiga do que se esperava ou cogitava em tempos passados.

Isto se comprova facilmente, especialmente através dos tipos de materiais mais variados encontrados nesta região que datam de diferentes épocas como materiais líticos, como pontas de lanças e machadinhas feitas de pedra, que datam de um período mais antigo, de cerca de 9.000 anos (LIMA, *et al.* 2007; ROOSEVELT, 1992), até mesmo materiais mais recentes como é o caso das cerâmicas que vão desde o século I ao XVI A.D. Através da constatação e aprimoramento dos estudos destes materiais, tem-se comprovado que as populações mais antigas na Amazônia não estavam nos andes e que de lá desceram ocupando a Amazônia central e as demais partes da Amazônia, porém, as populações mais antigas da região amazônica habitavam no baixo Amazonas e dali espalharam-se para os demais pontos da Amazônia (ROOSEVELT, 1992).

Na localização e nas proximidades de onde hoje encontra-se a cidade de Manaus, na Amazônia central, há inúmeros indícios de atividade humana que são comprovados através de toda uma herança material deixada por povos que habitaram esta região em diferentes épocas (LIMA *et al.* 2011). Nos arredores de Manaus foram encontrados, por exemplo, machadinhas e pontas de lança de pedras que datam de cerca de 3.000 a 8.000 anos, o que indica que se tratava de uma população que fazia uso destas ferramentas para as mais variadas manufaturas e praticavam a caça (LIMA, *et al.* 2007; PROUS, 2006); além, é claro, da presença de gravuras rupestres, como hoje se encontra facilmente na região conhecida como sítio das lajes na zona leste de Manaus, na localização do encontro da confluência dos rios Negro e Solimões (LIMA *et al.* 2011).

Porém, o que mais facilmente se encontra em Manaus e nos seus arredores, e que são evidências inegáveis de uma forte atividade humana em tempos passados, são materiais de manufatura cerâmica, que variam das mais diferentes formas e datam dos mais diferentes



períodos, desde materiais pré-coloniais até às cerâmicas de contato com o colonizador europeu. Lima (*et al.* 2011, p.115), especialista em arqueologia amazônica, chega a afirmar que Manaus é uma das cidades brasileiras onde mais facilmente se encontra materiais cerâmicos pré-coloniais e de contato (LIMA; NEVES, 2011). Estes artefatos são classificados e datados conforme o seu período através de um estudo minucioso de sua composição material.

A coleta e os estudos iniciais destes materiais encontrados em Manaus e seus arredores, deram-se ainda em um período mais recente, em meados da década de cinquenta e início da década de sessenta, quando o etnólogo alemão Peter P. Hilbert (LIMA *et al.* 2007; SIMÕES, 1974) fez os primeiros estudos dos mesmos (LIMA, NEVES, 2011). Foi ele quem primeiro datou e classificou estes materiais em *fases* que os localizam em suas respectivas datações. As fases mais comuns encontradas em Manaus e suas proximidades são as fases classificadas como Paredão, que cobrem um período que se estende dos séculos IV ao X e a fase Guarita que compreende os séculos XI ao XVI (SIMÕES, 1972; SIMÕES, 1974; NEVES, 2015). Os nomes destas fases estão ligados aos locais em que foram encontrados estes materiais, ou seja, em um sítio chamado Paredão e na região da guarita do quartel da força aérea brasileira em Manaus.

As cerâmicas classificadas como pertencentes à fase Paredão estão ainda sub-classificadas como pertencentes um tipo característico denominado de Tradição Borda Incisa. Os tipos cerâmicos pertencentes à fase Guarita são sub-classificados como pertencentes à Tradição Policroma da Amazônia (LIMA, 2015). As características gerais da primeira tradição apresentam cerâmicas de incisões (desenhos) com traços mais finos, enquanto as incisões da segunda são de traços mais largos (SIMÕES, 1974), podendo, deste modo, facilmente serem identificadas. Segundo Monteiro (2001), estas incisões eram feitas com o barro ainda mole e utilizava-se para isso dentes de animais, como de cutias, ou ainda espinhos grossos, pedaços de ossos, entre outros; além, é claro, das unhas do próprio manufaturador.

Quanto à composição dos materiais utilizados para se fazer as cerâmicas e que eram retirados do próprio ambiente em que estes grupos humanos habitavam, era basicamente o barro, muito encontrado especialmente nas beiras dos rios amazônicos, principalmente em seus barrancos, e a estes eram misturados ainda outros componentes como pó de ossos de animais ou mesmo de humanos, restos de vegetais, cascas de árvores, cascos de quelônios e o cauixi, um tipo de esponja típica de água doce de rios de águas escuras como é o caso do



Rio Negro (MONTEIRO, 2001; LIMA; NEVES, 2011). Todos serviam para dar liga ao material dando-lhe mais resistência e certamente eram coletados no período da vazante dos rios (LIMA; NEVES, 2011).

Em sua maioria, estes artefatos cerâmicos são encontrados fragmentados, em pequenos pedaços. Isto ocorre pelo fato da alta umidade, típica da região amazônica, fragmentar os mesmos com o decorrer dos anos (LIMA *et al.* 2007; FAUSTO, 2010), uma vez que eles são encontrados enterrados no solo úmido amazônico. Além disso, como boa parte destes materiais são achados nas beiras dos rios, estes ainda sofrem a fragmentação advindas dos processos de cheias e vazantes anuais dos rios da Amazônia. Raras são as peças encontradas de forma completa ou com poucos danos.

São restos de vasos, pequenos e grandes, que eram utilizados para as mais diferentes tarefas diárias, muitos dos quais possuem formas e desenhos antropomorfos e zoomorfos (LIMA *et al.* 2007; LIMA; NEVES, 2011). Nas beiras dos rios são encontrados com mais facilidade os restos de materiais pequenos como de vasos, porém em terras mais altas que distanciam-se das margens dos rios, é mais comum de se encontrar, enterrados, vasos que eram utilizados como urnas funerárias, muitos dos quais ainda com restos humanos e outros objetos, uma vez que, ao que tudo indica (MONTEIRO, 2001), fazia parte do ritual de sepultamento destes povos, que poderiam servir como um símbolo de afetividade pelo cadáver, acrescentar objetos junto às urnas como pequenos vasos, armas de caça, ferramentas, entre outros, mas que, certamente era praticado como um entendimento de contiguidade, isto é, que os objetos pertencentes ao dono são, na verdade, parte dele. Estão tão ligados ao seu possuidor que, pode dizer-se, são ele também (MONTERO, 1990).

Em Manaus, estes tipos de materiais são amplamente encontrados em regiões como no centro da cidade, enterrados em praças como a Praça da Matriz e outras praças da região do centro, onde foram encontradas diversas urnas funerárias, indicando desta forma que o local que hoje compreende a região central da cidade de Manaus foi utilizado como um grande cemitério destas populações (FREIRE, 1993/1994). Nas margens dos rios Negro e Solimões também são achados muitos materiais cerâmicos fragmentados, principalmente das fases Paredão e Guarita (LIMA *et al.* 2015; NEVES, 2015). Na região do Rio Negro, por exemplo, estes são encontrados onde hoje localizam-se as praias da Ponta Negra, Açutuba e Praia da Lua, além das margens de seus afluentes, como é o caso dos rios Tarumã Açu e Tarumã Mirim. Nas duas margens do Rio Negro e seus afluentes, nesta região de Manaus, é



possível de se encontrar fragmentos de restos cerâmicos, indicando que esta região foi habitada e explorada por povos do passado.

Há que se acrescentar ainda, especialmente acerca da fase Paredão, que os materiais cerâmicos desta fase possuem características bem distintas como, além de incisões finas, o que os difere da fase Guarita, também as paredes dos vasos são mais finas em relação à Guarita. Soma-se a isto as características das alças laterais, que certamente seriam para usos domésticos, como fruteiras e outras finalidades (LIMA; NEVES, 2011; LIMA *et al.* 2006).

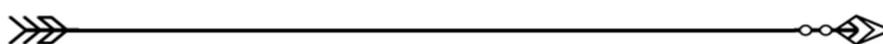
Em estudos mais recentes, porém, uma nova fase cerâmica tem sido descoberta e estudada. Trata-se da fase denominada de Açutuba que é, certamente a mais antiga das fases cerâmicas da Amazônia Central. Esta tem sua datação por volta do século I e caracteriza-se basicamente por sua rigidez e largas flanges, especialmente as denominadas de *mesiais* que são aplicadas às laterais dos vasos (LIMA; NEVES, 2011; LIMA *et al.* 2006).

Além de amplamente encontradas na região que a nominaram, em Açutuba, nos arredores de Manaus, ao que tudo indica, também achou-se indícios desta fase cerâmica na região da Praia da Lua e outros diversos sítios, indicando deste modo uma ocupação, nestas localidades, de cerca de dois mil anos atrás (LIMA; NEVES, 2011). Deste, modo, pode-se compreender que: “Os grupos indígenas brasileiros tiveram, pois, as suas culturas, representadas naquilo que eles exteriorizavam como maneira de viver, no uso que eles faziam do meio geográfico, da natureza em ser, dos mil motivos que se lhes apresentavam desafiando-lhes a compreensão” (REIS, 1965, p.41).

Por fim, afirma ainda a arqueóloga Lima (2007) que a utilização das cerâmicas por parte destes povos, indica que se tratava de grupos humanos sedentários ou com pouca migração, bem como há indícios de um princípio de domesticação de vegetais ou um desenvolvimento de uma agricultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito ainda está para se conhecer e desvendar acerca das muitas populações, das mais diferentes épocas históricas, que habitaram a região de Manaus. O que se pode afirmar, porém, e com muita segurança diante dos inúmeros vestígios de artefatos arqueológicos dos mais variados tipos e épocas, é que a ocupação e a plena atividade humana nesta localidade são muito antigas.



Pode-se dizer ainda que os estudos nesta região da Amazônia central ainda são muito escassos e inconclusivos, mas ao mesmo tempo de muitas boas perspectivas, uma vez que em praticamente toda a cidade de Manaus se pode encontrar abundantes provas de vestígios que comprovam grande participação humana na região.

O estudo permanente da arqueologia e da etno-história, especialmente através de uma análise acurada dos primeiros registros sobre esta região, são ferramentas importantes no auxílio para se desvendar, ainda que de forma progressiva, quem eram e como viviam os habitantes primevos da região de Manaus. Este é um desafio, às mais diferentes áreas da pesquisa científica, que está apenas no começo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia** – Análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.

BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma História**. 2.ed. São Paulo, Ática, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Imagens de Índios do Brasil: O século XVI**. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/LACS490/MCC-ImagensEA.pdf>. Acesso em 01 mai. de 2022.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa. “Barés, Manãos e Tarumãs”. Em: **História em novos cenários**. Amazônia em cadernos n°s 2/3. Manaus: Universidade do Amazonas / Museu Amazônico, 1993/1994.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

LIMA, Helena Pinto; SILVA, Carlos Augusto da; MORAES, Bruno Marcos. Sítios do encontro: Arqueologia do entorno do Encontro das Águas. **Revista Somalu**, ano 11, n. 02, 2011. Acesso 01 de mai. 2015.

LIMA, Helena Pinto; COSTA, Fernando W. da Silva; NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia Amazônica**. Coleção Cadernos da Amazônia. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2007.



LIMA, Helena P.; NEVES, Eduardo G. Cerâmicas da Tradição Borda Incisa / Barrancóide na Amazônia Central. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo, n.21, p.205-230, publicação anual, 2011.

LIMA, Helena P., NEVES, Eduardo G., PETERSEN, James B., La fase Açutuba: Um novo complexo cerâmico na Amazônia Central. **Arqueología Suramericana**, Universidad del Cauca, v. 2, n.1, p.26-52, 2006.

LOUREIRO, Antonio José Souto. Dados históricos da Evolução e crescimento de Manaus. In: **332 anos de Manaus – História e Verdade**. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

MACHADO, Juliana Salles. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v.49, n.2, p.755-786, Julho/Dez. 2006.

MONTERO, Paula. **Magia e pensamento mágico**. São Paulo: Ática, 1990.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Etnografia Amazônica** (fac-similado). Coleção Documentos da Amazônia, nº51. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2001a.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 4ª edição. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **História da Cultura Amazonense**. Manaus: Edição do Governo do Estado do Amazonas, 1977.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Manaus, sua história** (fac-similado). Coleção Documentos da Amazônia, nº37. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2001.

NEVES, Eduardo Góes. **A arqueologia da Amazônia Central e as classificações na arqueologia amazônica**. Disponível em: http://www.academia.edu/4878030/A_Arqueologia_da_Amaz%C3%B4nia_Central_e_as_Classifica%C3%A7%C3%B5es_na_Arqueologia_Amaz%C3%B4nica. Acesso: 10 de Junho de 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Coleção Educação para Todos, 13. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PERET, João Américo. **Amazonas: História, gente e costumes**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985.

PORRO, Antonio. “História Indígena do Alto e Médio Amazonas – Séculos XVI a XVIII?”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



PORRO, Antonio. **O povo das águas**: Ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros** – A pré-história do nosso país. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

REIS, Arthur César F. **“A colonização europeia nos trópicos”**. Conferência proferida na instalação do Instituto de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco (Recife) a 25 de Abril de 1966. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

REIS, Arthur César F. **História do Amazonas**. Manaus: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1931.

REIS, Arthur César Ferreira. **Manãos e outras villas**. Em: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, anno IV, Volume IV nº5, 1 e 2. Manaus: 1934.

REIS, Arthur César F. **Tempo e Vida na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

ROOSEVELT, Anna Curtenios. “Arqueologia Amazônica”. Em: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIMÕES, Mário F. **Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras**. Belém: Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº18, 1972.

SIMÕES, Mário F. “Contribuição à arqueologia dos arredores do baixo Rio Negro, Amazonas”. Em: **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados preliminares do quinto ano: 1969-1970**. Belém – PA: Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 26, 1974.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O mármore e a murta: Sobre a inconstância da alma selvagem”. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

